

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2012 A ABRIL/2013  
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 065/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAI/2012 A ABR/2013		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	502.334,58	1.088,18	503.422,75
Pessoal Ativo	372.940,36	558,44	373.498,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	129.394,22	529,74	129.923,95
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	143.485,64	889,08	144.374,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	7,41	0	7,41
Despesas de Exercícios Anteriores	20.454,27	889,08	21.343,35
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	123.023,95	0	123.023,95
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	358.848,94	199,10	359.048,04
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			621.158.840,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III c /IV) * 100	0,057771%	0,000032%	0,057803%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,152620%		948.012,62
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,144989%		900.611,99
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,137358%		853.211,36

FONTE: SIAFI e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO – 27.05.2013, 12 e 30m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Foram pagos, R\$ 5.897.711,89 e R\$ 1.121.809,33 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente, na UO 71103.

3) No período foi pago o valor de R\$ 951.368,69 a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques).

4) No período de janeiro a abril de 2013 não houve cancelamento de Restos a Pagar não processados no Grupo de Despesa 1.

5) Não estão contidos no Demonstrativo os seguintes valores: R\$ 29.684,06 referentes à Auxílio-Funeral e R\$ 18.038,00 referentes à Auxílio-Natalidade.

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE  
 Presidente do Tribunal

JOÃO ANDRÉ PEGADO  
 Diretor Geral - Substituto

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA  
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO  
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno